



Relatório de missão à X Sessão ordinária da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – AP-CPLP (Bissau, 7 e 8 de julho de 2021) e reuniões com a CPLP (Lisboa, 9 de julho de 2021)

Por designação do Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arthur Lira, fui designada para chefiar a Delegação do Brasil à X Sessão ordinária da Assembleia Parlamentar da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP), realizada na cidade de Bissau, capital da Guiné-Bissau, nos dias 7 e 8 de julho de 2021. Também integraram a comitiva brasileira o Deputado Márcio Marinho e o CNE Nilo Dytz Filho, assessor diplomático da Presidência da Câmara dos Deputados.

2. A reunião foi convocada pelo Presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde, Deputado Austelino Tavares Correia, na qualidade de presidência de turno da AP-CPLP. Além do Brasil, estiveram presentes as delegações parlamentares do país-anfitrião (Guiné-Bissau), Cabo Verde, Moçambique, Portugal e São Tomé Príncipe. Os parlamentos de Angola, Guiné Equatorial e Timor Leste participaram por videoconferência.

3. No contexto da X Sessão Ordinária, sob o lema “Ambiente de negócios e desenvolvimento sustentável nos países membros da CPLP no pós-COVID-19”, os parlamentos da CPLP voltaram a reunir-se em formato presencial, após um interregno de cerca de dois anos resultante da pandemia.

4. A programação incluiu as seguintes reuniões principais:

- Conferência dos Presidentes dos Parlamentos e Chefes de Delegação;
- Reunião dos Grupos Nacionais;
- Reuniões das Comissões Permanentes (Comissão 1 – Política, Estratégia, Legislação, Cidadania e Circulação; Comissão 2 – Economia, Ambiente e Cooperação; e Comissão 3 – Língua, Educação, Ciência e Cultura);
- Reunião da Rede de Mulheres Parlamentares;
- Reunião da Rede de Jovens Parlamentares (a primeira, desde a sua criação em 2019); e
- Plenário.

5. Os Chefes de Delegação foram, ainda, recebidos em audiência pelo Presidente da República de Guiné-Bissau, Umaru Sissoco Embaló, em 7 de julho.

6. Em síntese, os debates entre os Parlamentares na reunião de Bissau deram destaque aos seguintes pontos:

- temas institucionais da AP-CPLP (nova presidência de Guiné-Bissau; eleição das mesas da AP, das Comissões Permanentes e das Redes; escolha da sede da próxima reunião da AP, em 2022; composição das Comissões Permanentes; impulso à instalação do Secretariado permanente da AP-CPLP em Luanda);
- impactos da pandemia de COVID-19 nos países da CPLP, nas perspectivas sanitária, econômica e social;
- promoção da igualdade de gênero;
- violência contra mulheres, inclusive nas condições agravadas da pandemia;
- importância da mobilidade de pessoas entre os países da CPLP; e
- desenvolvimento sustentável e proteção da biodiversidade.

7. Foram examinadas, igualmente, situações específicas referentes a conflito na região de Cabo Delgado (Moçambique) e a desastres naturais em Angola, Guiné Equatorial e Timor-Leste, com a aprovação de moções de apoio.





8. Como resultado das deliberações da AP-CPLP, o Plenário aprovou os seguintes documentos:

- a) Declaração Final;
- b) Plano de Atividade 2021-2023;
- c) Resolução n. 1/2021 (Composição da Mesa e dos membros da Comissões Permanentes);
- d) Resolução n. 2/2021 (sobre o Acordo de Sede do Secretariado Permanente da AP-CPLP em Luanda);
- e) Moção de apoio ao povo angolano;
- f) Moção de apoio ao povo de Moçambique;
- g) Moção de apoio ao povo de Timor Leste;
- h) Saudação ao Sr. António Guterres pela sua reeleição ao cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas; e
- i) Moção de Impulso às políticas públicas para resposta aos impactos da COVID-19 sobre as mulheres e a saúde pública (projeto de autoria do Brasil).

9. Conforme decidido em Bissau, a próxima reunião da AP-CPLP será em Portugal, em 2022 (data a definir).

PARTICIPAÇÃO DO BRASIL

10. Na condição de Chefe da Delegação do Brasil, participei da Conferência dos Presidentes de Parlamento, no dia 7, e fui porta-voz das posições brasileiras no Plenário ao longo de toda a X Sessão ordinária, ademais de ter atendido à reunião com o Presidente da República de Guiné-Bissau. Também participei da reunião da Rede de Mulheres Parlamentares, realizada em 7 de julho. Em Plenário, proferi intervenção, com base no texto em anexo a este relatório. Fiz também a entrega aos seus respectivos destinatários de cartas enviadas pelo Presidente Arthur Lira aos Presidentes da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, Cipriano Cassamá, e da Assembleia Nacional de Cabo Verde, Austelino Tavares Correia.

11. O Deputado Márcio Marinho representou o Brasil na reunião da Comissão Permanente 3 (Língua, Educação, Ciência e Cultura), da qual é membro, e participou da sessão plenária.

12. Por minha iniciativa, a AP-CPLP aprovou, por unanimidade, moção para encorajar os Chefes de Estado e de Governo da CPLP, que se reunirão nesta semana por ocasião da Cúpula de Luanda, a que adensem as políticas públicas para proteção das mulheres contra a violência, assim como instruem o Secretário-Executivo da CPLP a que elabore Plano de Ação para distribuição justa e equitativa de vacinas, testes e tratamentos para a COVID-19 para os países da Comunidade.

13. O reconhecimento da importância do engajamento do Parlamento brasileiro na AP-CPLP foi objeto de menções por muitas delegações, em caráter formal durante os debates e também em contatos informais à margem da X Sessão Ordinária. Nesse contexto, Guiné-Bissau e Cabo Verde incentivaram o Brasil a avançar no cumprimento de obrigações relativas ao pagamento das contribuições para financiamento das atividades da AP-CPLP, inclusive para o funcionamento do Secretariado Permanente em Angola. Em reação a esses comentários, sublinhei que a participação na reunião em Bissau, apesar das muitas dificuldades em meio a uma pandemia, ilustrava o interesse e empenho do Parlamento brasileiro na AP-CPLP. Ressaltei, ainda, a tradição do Brasil de





honrar seus compromissos internacionais e sinalizei que levarei o assunto ao conhecimento do Presidente Arthur Lira, para os encaminhamentos cabíveis.

Reuniões em Lisboa (9 de julho de 2021)

14. No retorno ao Brasil, tive a oportunidade de reunir-me, em Lisboa, com o Secretário-Executivo da CPLP, embaixador Francisco Ribeiro Telles (Portugal), no dia 9 de julho. O CNE Nilo Dytz Filho também acompanhou a reunião, da qual participaram, ainda, o Delegado Permanente Alternado da Missão Permanente do Brasil junto à CPLP, ministro João Paulo Ortega Terra, e a chefe de gabinete do Secretário-Executivo, sra. Floberta Paraíba.

15. Na ocasião, sintetizei os principais resultados da reunião da AP-CPLP em Bissau, salientando o espírito construtivo e de diálogo que prevaleceu entre as delegações parlamentares. Enfatizei, também, o importante simbolismo que teve a realização da reunião presencial da AP-CPLP após a paralisação por conta da pandemia.

16. Por sua vez, o sr. Ribeiro Telles sublinhou as principais questões a serem tratadas na referida Cúpula de Luanda, a saber: a) acordo sobre mobilidade; b) reforço do componente econômico-empresarial da CPLP; e c) entrada de novos países e organismos observadores (EUA, Canadá, Espanha, Índia e Peru, entre outros).

17. Juntamente com o Secretário-Executivo da AP-CPLP também intercambiei informações e impressões sobre a questão do Secretariado Permanente da AP-CPLP. Ao ouvir o relato feito por mim sobre o que se discutira sobre o assunto na reunião de Bissau, o embaixador Ribeiro Telles informou que comentários técnico-jurídicos do Secretariado Executivo da CPLP sobre temas como personalidade e capacidade jurídica do futuro Secretariado da AP-CPLP ainda merecem exame cuidadoso, que poderia ser feito através de grupo de trabalho, sem prejuízo das prerrogativas “políticas” da Assembleia Parlamentar. Dispus-me a suscitar a questão com meus pares no Brasil, quando do retorno a Brasília.

18. Na reunião em Lisboa, eu e o Secretário-Executivo também coincidimos quanto à importância de que a CPLP e a AP-CPLP demonstrem capacidade para produzir resultados concretos de interesse dos cidadãos dos países membros da Comunidade.

19. Fiz, ainda, visita à Missão do Brasil junto à CPLP em Lisboa, oportunidade em que pude conhecer mais de perto a atuação da diplomacia brasileira nos trabalhos da Comunidade e, também, as questões mais relevantes na atualidade para os avanços da organização.

QUESTÕES RELEVANTES PARA A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA AP-CPLP

20. À luz das reuniões em Bissau e Lisboa acima relatadas, alinham-se, a seguir, questões que demandam especial atenção e encaminhamento para se definir o futuro da participação do Parlamento brasileiro nos trabalhos da AP-CPLP:

- a. Designação de Parlamentares para as 3 Comissões Permanentes (2 para cada uma), Rede de Mulheres Parlamentares e Rede de Jovens Parlamentares;
- b. Definição de fonte(s) e forma(s) para o pagamento das contribuições do Brasil ao orçamento da AP-CPLP;
- c. Eventual oferecimento do Brasil para sediar reuniões da AP-CPLP no atual ciclo (sob a presidência de Guiné-Bissau) e/ou próximos;
- d. Conformação de posição do Brasil sobre os próximos passos para a instalação do Secretariado Permanente da AP-CPLP em Luanda; e





e. Definição de temas que interesse ao Parlamento brasileiro impulsionar no contexto da AP-CPLP.

21. Para todas essas questões, parece ser essencial que o Congresso Nacional avance na plena constituição da Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, criada pela Resolução n. 2, de 2014, do Congresso Nacional. Quando em funcionamento, a Comissão Mista dará maiores representatividade e legitimidade à participação e às posições do Parlamento brasileiro nas atividades da AP-CPLP.

22. Como um dos países fundadores da CPLP e maior contribuinte ao seu orçamento, o Brasil tem grande interesse no funcionamento eficiente e em resultados concretos dos vários órgãos da Comunidade, incluindo-se, naturalmente, a Assembleia Parlamentar. Tanto da parte dos países africanos de língua portuguesa quanto de Portugal, há uma grande expectativa de maior envolvimento do Parlamento brasileiro nos trabalhos da AP-CPLP, principal foro de diplomacia parlamentar da lusofonia. Assim, uma melhor estruturação da participação do Parlamento brasileiro deverá facilitar a defesa e promoção de nossas perspectivas e visões nacionais.

23. Nessas condições, submeterei à consideração do Senhor Presidente Arthur Lira que leve o assunto da composição da Comissão Mista a discussão com o Senhor Presidente do Congresso Nacional, com a urgência que a matéria merece.

Brasília, 14 de julho de 2021.



Deputada Rosângela Gomes
Quarta Secretária da Mesa
Republicanos/RJ

